ATA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
11 DE FEVEREIRO DE 2015

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2015, às 09 horas e 40 minutos, os membros do Conselho de Administração da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, reuniram-se na sala de reuniões da AGB Peixe Vivo, localizada na Rua Carijós, nº 166, 5º andar, Bairro Centro, Belo Horizonte - MG, para participarem da 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Participaram os seguintes conselheiros titulares: Valter Vilela, – COPASA; Renato Júnio Constâncio - CEMIG; Letícia Lara Figueiredo - LIASA - Ligas de Alumínio S.A; Maria de Lourdes Pereira dos Santos – VALE; José Nelson de Almeida Machado – Arca Ama Serra; Vitor Márcio Nunes Feitosa – SINDIEXTRA. Participaram os seguintes conselheiros suplentes: Eduardo Antônio Caram (exercício da titularidade) – Rima Industrial S.A; João Carlos de Melo (exercício da titularidade) - IBRAM. Justificaram ausência: Leonardo Guimarães Ribeiro – Arcelor Mittal Brasil S.A; Maria Helena Gomes Pereira Fonseca – USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.; Hilda de Paiva Bicalho – Ambiental Piedade; Ademir Martins Bento – SOPROGER – Sociedade Pró-melhoramento do Bairro São Geraldo; Simone Alvarenga Borja Bottrel – PROCITTÁ; Francisca de Paula – ADAO – Artes e Ofícios; Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado – SOS Rio das Velhas – Instituto Guaicuy. Participaram também: Odorico Pereira de Araújo – FIEMG; Célia Regina Alves Rennó – ABES/MG; João Eudes Pereira – Votorantim Metais; Tarcísio de Paula Cardoso – ACOMCHAMA; Célia Maria Brandão Fróes, Berenice Coutinho Malheiros dos Santos, Alberto Simon, Rúbia Mansur, David Carvalho – AGB Peixe Vivo. O presidente do Conselho de Administração, Sr. Vitor Márcio Nunes Feitosa, inicia a reunião em segunda convocação e após a constatação do quórum simples faz a leitura da seguinte pauta: **Item 1** - Abertura e verificação de quórum; **Item 2** – Informes a) Informes dos conselheiros; b) Informe sobre o contingenciamento dos recursos da cobrança na bacia do rio das Velhas – 3ª parcela de 2014; c) Informe sobre a prestação de contas do convênio FHIDRO/CBH Pará e Contrato de Gestão nº 02/2012; d) Informe sobre deliberação do CBH Verde Grande para implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia; **Item 3** - Aprovação da ata da 15ª reunião ordinária do Conselho de Administração ocorrida em 09 de setembro de 2014; **Item 4** – Informação sobre as Resoluções ANA nº 2018 e 2019 publicadas em 23 de dezembro de 2014; **Item 5** – Deliberação sobre a Prestação de contas consolidadas da AGB Peixe Vivo do exercício 2014. Resultados: recitas e despesas de investimentos dos Contratos de Gestão com ANA e IGAM; Resultados: receitas e despesas de custeio dos Contratos de Gestão com ANA e IGAM; **Item 6** – Aprovação do Planejamento do custeio da AGB Peixe Vivo – exercício 2015; **Item 7** – Assuntos Gerais; **Item 8** – Reunião interna dos conselheiros; **Item 9** - Encerramento. Após a leitura da pauta, o presidente do Conselho de Administração, Sr. Vitor Feitosa, indica Célia Fróes, como secretária *ad hoc* desta reunião. Na sequência fala que, posteriormente irá propor uma revisão na composição do Conselho de Administração, considerando que a governança deve ser revista a fim torná-lo mais eficiente. Propõe a inversão de pauta, aceita por todos, para que o **item 3** seja discutido primeiramente. **Item 3** – Aprovação da ata da 15ªreunião ordinária do Conselho de Administração ocorrida em 09 de setembro de 2014. Após a leitura, a ata foi aprovada por unanimidade. Durante a leitura, Vitor Feitosa relembra o assunto relativo à possibilidade de denúncia dos Contratos de Gestão firmados com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e com a Agência Nacional das Águas - ANA. Pede que a diretora geral da AGB Peixe Vivo, Célia Fróes, explane sobre a situação atual. Célia Fróes informa que o Projeto de Lei proposto pela SEMAD para aumentar o percentual dos recursos para o custeio das Agências de Águas está parado devido a mudança de governo de Minas Gerais. O PL foi retirado da pauta da Assembleia e voltamos à estaca zero. Vitor Feitosa diz que irá retomar esse assunto com o novo secretário de meio ambiente do estado de Minas Gerais. **Item 2** – Informes. Passando a palavra para Célia Fróes, a mesma informa que foi demandado ao IGAM a regulamentação do Contrato de Gestão e do custeio dos comitês de bacias, o IGAM criou um grupo de trabalho para estudar o assunto que resultou na aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a Deliberação Normativa nº 46, de 30 de dezembro de 2014 que dispõe sobre o uso de recursos hídricos públicos oriundos do FHIDRO e da cobrança pelo uso da água para a concessão de diárias, custeio de viagem, transporte e serviços de telefonia móvel. Sobre as prestações de contas, já foram avaliadas as do ano 2011 e 2013 e apresentados diversos questionamentos, os quais foram respondidos dentro do prazo estipulado, mas não houve nenhum retorno ainda. É importante ressaltar que as respostas aos questionamentos geraram utilização de mais de cinco mil folhas. Em relação aos convênios relata que o IGAM repassava recursos financeiros

à agência sem antes aprovar as prestações de contas, o que não é possível à luz do Decreto 43.635/2003. Informa ainda que houve uma oficina juntamente com diretores da Agência Nacional de Águas – ANA, em Belo Horizonte, no final do mês de outubro, em que foram debatidos vários temas, dentre eles a unificação dos 7,5% dos contratos de gestão da ANA e do IGAM. Diz que houve um avanço relativo a certas regulamentações. Comenta sobre a publicação das Resoluções ANA Nº 2018/2014 e Nº 2019/2014, que regulamenta os salários dos dirigentes e funcionários da Agencias. Fala ainda que a ANA se comprometeu a dar um dote de um milhão e meio para custeio da agência. Sobre o informe 2b, Célia Fróes explana sobre a questão do contingenciamento da 3ª parcela de 2014, o que trás insegurança financeira a AGB Peixe Vivo. Conta o histórico do processo de tentativa de interlocução junto ao IGAM. Informa que na parte operacional relacionada ao repasse do recurso financeiro da cobrança do rio das Velhas, permaneceu a situação irregular das transferências já apontada em exercícios anteriores. No ano de 2014 foram repassados recursos somente da 4ª parcela de 2013 e 1ª e 2ª parcelas de 2014, faltando a 3ª parcela de 2014, que deveria ter sido repassada em outubro. No ano de 2015, constatou que a 4ª parcela de 2014 que deveria ter sido repassada no mês de janeiro, ainda não foi efetivada. Diz que em 30 de dezembro de 2014 foi informado por e-mail pela diretora geral do IGAM sobre o contingenciamento da 3ª parcela de 2014. Passando para o item 2c, Célia Fróes fala sobre os convênios FHIDRO. Diz que já houve a prestação de contas final de todos eles. A 1ª, 2ª e 3ª prestação de contas foram aprovadas, porém a 4ª, 5ª e final não foram aprovadas gerando glosas para devolução de valores. Os procedimentos das prestações de contas foram os mesmos. Neste sentido a AGB Peixe Vivo aponta inconformidades nas glosas e questiona a forma de avaliação adotada pela Diretoria de Contratos e Convênios da SEMAD. Informa que a AGB Peixe Vivo apresentou dois recursos relativos à glosa do CBH Rio Pará e recorreu junto ao Conselho de Administração do IGAM, sendo que alguns de seus membros pediram vistas ao processo. Informa que seria interessante contratar um escritório de advocacia para defesa desta questão, informa também que sobre o Contrato de Gestão ainda não chegaram as possíveis glosas. Passando para o item 2d Célia Fróes fala que desde 2012 o CBH Verde Grande manifesta interesse em ter a AGB Peixe Vivo como agência de bacia. À época, o Conselho de Administração pediu que antes da equiparação o comitê fizesse um cronograma de implementação da cobrança. A simulação de arrecadação do Verde Grande é em torno de 270 mil reais por ano. O valor é baixo, mas se for ser agência, a AGB Peixe Vivo deve, no entanto, negociar algumas condições com a ANA, como por exemplo, o repasse de um dote permanente. Maria de Lourdes diz que implementar a cobrança no Verde Grande fere a legislação, pois esta descreve que deve haver viabilidade financeira, o que não é o caso da bacia do rio Verde Grande, conforme demonstrado na simulação de arrecadação. Com a palavra, Vitor Feitosa fala que em relação às glosas das despesas dos convênios que se deve preparar uma defesa forte, pois existem contradições evidentes e deixar que sejam executadas, para posterior questionamentos judiciais. Passando para o **item 4** da pauta, Célia Fróes conta o histórico das discussões sobre a regulamentação dos salários dos diretores das entidades delegatárias. Informa sobre as diversas reuniões sem avanço. Informa que foi realizada uma reunião (oficina) em conjunto com membros da ANA, em Belo Horizonte, onde foram discutidas as minutas de resoluções sobre despesas do comitê e pessoal das agências. A ANA editou a Resolução ANA nº 2018 que estabelece um limite salarial dos empregados e diretorias das entidades delegatárias e que estas devem enviar até o dia 22 de fevereiro de 2015 um plano de adequação para atendimento ao disposto na resolução. Célia Fróes informa também que a AGB Peixe Vivo encaminhou novo ofício a ANA apontando as ilegalidades contidas na mencionada resolução. O Conselho de Administração referenda a posição da diretoria da AGB Peixe Vivo e recomenda não responder mais nada sobre este assunto a ANA, face ao total desacordo do CA com a questão da forma como exigida na resolução. Preventivamente, recomenda a diretoria da AGB Peixe Vivo que, em conjunto com a assessoria jurídica, estude e se prepare para uma eventual ação contrária da ANA. Vitor Feitosa solicita que na próxima reunião, o assessor jurídico da AGB Peixe Vivo apresente propostas de ações a serem tomada pela agência sobre a questão, previamente, relatada. Passando para o **item 5** da pauta, Berenice Coutinho, diretora de Administração e Finanças da AGB Peixe Vivo, informa que a Agência contratou os serviços de auditoria independente para executar os trabalhos durante o ano de 2014, o que resultou no início de 2015 em um parecer único sobre todas as contas da AGB Peixe Vivo, e não mais como nos últimos anos. Em relação ao Contrato de Gestão IGAM, O exercício de 2014 começou

com déficit de R$ 79.729,56, relativo a 2013, que foi compensado com o repasse da parcela do 4º trimestre de 2013, dentro da mesma competência. No início de 2014, foram demitidos três funcionários que prestavam serviços na AGB Peixe Vivo. Além disso, foram revistos alguns contratos administrativos, com redução de valor. Essas medidas, porém, atingiram o limite de corte imposto pelas questões trabalhistas e pelos reajustes contratuais obrigatórios. Por meio de uma consulta feita à Agência Nacional de Águas - ANA foi constatada a possibilidade de transferir para o Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010 os custos relativos à diretora de integração da AGB Peixe Vivo, até então mantida pelo contrato do IGAM. A partir de dezembro de 2014, essa despesa foi, portanto, transferida para o Contrato de Gestão acima referido. As medidas de contenção de custos, embora tenham surtido o efeito desejado, foram suplantadas pelos prejuízos causados com a ausência dos repasses ou com o atraso dos mesmos e a AGB Peixe Vivo terminou 2014 com um déficit de R$130.963,96. Esse déficit é apenas financeiro e, quando for efetivado o crédito restante, será restaurado o equilíbrio. A AGB Peixe Vivo, em razão dessa situação e para honrar compromissos assumidos, fez uso de recursos de 92,5%, os quais serão devolvidos tão logo seja regularizado o repasse das parcelas. Após esclarecimentos sobre as Prestações de Contas consolidadas do exercício 2014, os membros recomendam a aprovação das contas com a observação de deixar claro na demonstração financeira do IGAM que a AGB Peixe Vivo pegou um "empréstimo" dos 92,5% para custeio da agência. E que esta questão tem ocorrido por conta de que o Estado não tem realizado o repasse. O Sr. Tarcísio Cardoso fala que na reunião do Conselho Fiscal os auditores contratados elogiaram muito o trabalho e transparência da AGB Peixe Vivo. Com a palavra, Maria de Lourdes solicita que se abra uma coluna de percentual nas planilhas de demonstração da execução financeira dos 92,5%, como forma de subsidiar o comitê na sua avaliação sobre os investimentos dos recursos da cobrança. Célia Fróes explica que trimestralmente se reúne com membros da diretoria dos comitês para mostrar o que foi gasto do PAP. Passando para o **item 6** da pauta, a diretora de administração e finanças da AGB Peixe Vivo, Berenice Coutinho, apresenta o Planejamento do custeio da agência para 2015. Explicou que a Convenção Coletiva do Trabalho - CCT foi aplicada aos salários dos diretores em 2011 e 2013. Em 2012 a mesma não foi aplicada, após negociação com o sindicato e em 2014 e 2015 também não foi aplicada. O Conselho de Administração recomenda que a CCT seja aplicada também para os diretores para o ano de 2015. Odorico de Araújo alerta que com a crise hídrica a tendência é que a arrecadação diminua. Célia Fróes fala que poderá apresentar ao Conselho na próxima reunião uma proposta de parceria com uma empresa de captação de recursos financeiros. Nos assuntos gerais, Vitor Feitosa fala que o Conselho de Administração poderá repensar sobre a decisão tomada na última reunião de não assinar novo Contrato de Gestão, pelo risco de prejudicar o seu avanço. Odorico Pereira questiona como a AGB Peixe Vivo irá assinar um novo contrato de Gestão com o Estado de Minas Gerais – relativo a cobrança da bacia do rio Pará – se está havendo este contingenciamento. Neste sentido, Vitor Feitosa solicita que a AGB Peixe Vivo, após estudos, emita um parecer sobre a viabilidade de assinatura ou não de um novo contrato de gestão. E que este parecer seja encaminhado para análise do Conselho Fiscal. Não tendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, será assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e Secretária *ad hoc*.

Vitor Márcio Nunes Feitosa
Presidente do Conselho de Administração da AGB Peixe Vivo

Célia Maria Brandão Fróes
Secretária *ad hoc*